

OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

As guerras das democracias

Carlos Gaspar
Universidade Nova de Lisboa

Palavras chave: Guerra, Democracia, Paz Democrática

A democracia e a guerra são inseparáveis. A guerra - guerra civil, guerra revolucionária, guerra de independência - esteve na origem dos regimes constitucionais modernos em Inglaterra, na Holanda, na União Americana ou em França. No século passado, as democracias pluralistas travaram guerras sucessivas para sobreviver às revoluções totalitárias e, nos últimos vinte anos, fizeram a guerra contra as tiranias, em nome dos seus valores, para defender a “paz democrática”.

As democracias são lentas a entrar em guerra. Para lá das ilusões que possam ter sobre a natureza dos seus inimigos, as comunidades liberais tendem a adiar o momento de decisão e a sua hesitação torna as guerras mais prováveis. As democracias são incapazes de travar a guerra com moderação. A necessidade política de mobilizar a comunidade nacional costuma ser acompanhada por uma tendência para a demonização dos adversários, que dificulta a intervenção da diplomacia e prolonga os conflitos. As democracias têm grande dificuldade em pôr fim à guerra. O obstáculo imediato resulta da sua definição dos objectivos de guerra : uma democracia só entra em guerra para impedir a repetição do estado de coisas que a forçou a fazer a guerra e, no limite, para pôr fim à própria possibilidade de voltar a haver uma guerra. A imposição de metas ideais como finalidade da guerra implica a derrota total do adversário, obrigado a adoptar os objectivos das democracias, incluindo a transformação do seu regime político.

As democracias ocidentais são os vencedores das grandes guerras dos últimos cem anos, mas esse facto não deve esconder a sua incompetência e a sua impreparação para recorrer à guerra com a moderação necessária para garantir a estabilidade internacional.

Carlos Gaspar – Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Nasceu em Lisboa, em 11 de Outubro de 1950. Estudou Direito e História na Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Institut d’Etudes Politiques de Paris. Antigo Conselheiro do Presidente Ramalho Eanes (1977-1986), do Presidente Mário Soares (1986-1996) e do Presidente Jorge Sampaio (1996-2006). Director do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (2006-2011). Assessor do Conselho de Administração da Fundação Oriente. Assessor do Instituto de Defesa Nacional. Docente Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Conferencista do Instituto de Estudos Superiores Militares e da Universidade Católica Portuguesa. Membro do *European Council on Foreign Relations*. Membro do *European China Research and Academic Network*. Membro do *LSE Ideas Africa International Affairs Program*.

As guerras das democracias

Carlos Gaspar

A fórmula de Alexis de Tocqueville sobre as guerras das democracias - “il y a deux choses qu’un peuple démocratique aura toujours beaucoup de peine à faire : commencer une guerre et la finir”¹ - era premonitória em 1840, mas tornou-se uma referência clássica com a passagem do tempo.

Para o bem e para o mal, as democracias costumam ter uma grande dificuldade em começar uma guerra. Essa relutância é justificada, desde logo, porque as sociedades democráticas, cujas afinidades são reconhecidas por Tocqueville, parecem avessas às paixões da guerra e da revolução : “Les mêmes intérêts, les mêmes craintes, les mêmes passions qui écartent les peuples démocratiques des révolutions les éloignent de la guerre”². Bem entendido, as guerras prejudicam as trocas económicas que atenuam as inimizades nacionais e tende a devorar as riquezas e as propriedades, mas além desses motivos há também nas democracias uma “frieza da razão” (“froideur de la raison”) que resiste à poética aristocrática da guerra. Por outro lado, as guerras podem ser uma ameaça à própria democracia, no sentido em que a concentração de poder no Estado que resulta da mobilização dos recursos nacionais limita e põe em causa a autonomia dos cidadãos e as suas liberdades : “Tous ceux qui cherchent à détruire la liberté dans le sein d’une nation démocratique doivent savoir que le plus court et plus sûr moyen de le faire est la guerre”³. Por último, as democracias, que desmobilizam os seus exércitos e não cultivam o espírito militar, não estão preparadas para a guerra e são particularmente vulneráveis depois de uma longa paz : “Un peuple démocratique qui entreprend une guerre après une longue paix risque beaucoup plus qu’un autre d’être vaincu”⁴. Com efeito, as democracias tendem a adiar, até ao limite, a decisão de entrar em guerra. Porém, essa relutância pode tornar mais provável o início de uma guerra e pôr em causa a sua própria sobrevivência.

As guerras entre as democracias e os totalitarismos, no século XX, são um bom exemplo dos perigos da inércia democrática. O caminho para a II Guerra Mundial é um caso clássico : em 1936, Hitler podia ter sido travado na Renânia e, dois anos depois, os generais alemães, impreparados para a guerra, pareciam prontos a depor o *Führer* se o Reino Unido e a França não tivessem cedido na Conferência de Munique, quando abandonaram a Checoslováquia, a única democracia da Europa Central e Oriental, cuja segurança dependia da aliança francesa. Mesmo depois do ataque a Pearl Harbour, o Presidente Franklin Roosevelt só conseguiu ultrapassar a resistência do Congresso e da opinião pública norte-americana - a favor da Grã-Bretanha contra os nazis, mas oposta à entrada dos Estados Unidos no conflito - e entrar em guerra contra a Alemanha porque Hitler, no dia 10 de Dezembro de 1941, tomou a iniciativa de declarar guerra aos Estados Unidos, para confirmar a sua posição como a potência dirigente da coligação revisionista. Se os Estados Unidos tivessem ficado de fora, a União Soviética perdia a guerra e a Alemanha podia realizar o seu projecto de dominação continental na Europa e arredores. No post-Guerra Fria, foi preciso um “segundo Pearl Harbour”, com os atentados terroristas da Al Qaida em 11 de Setembro de 2001, para os Estados Unidos responderem de uma forma robusta e decisiva à ameaça das redes terrorista islâmicas, primeiro

¹ “Há duas coisas que um povo democrático terá sempre grande dificuldade em fazer : começar uma guerra e pôr-lhe fim”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXII : 787. Paris : Editions de la Pléiade. Numa primeira versão, Tocqueville escreveu : “Chez les peuples démocratiques il est très différent de commencer une guerre et de la finir”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II* : 1165.

² “Os mesmos interesses, os mesmos receios e as mesmas paixões que separam os povos democráticos das revoluções afastam-nos da guerra”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXII : 782.

³ “Todos os que querem destruir a liberdade numa nação democrática devem saber que a guerra é o caminho mais curto e seguro para o fazer”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXII : 788.

⁴ “Um povo democrático que inicia uma guerra depois de uma longa paz corre muito mais riscos de ser vencido do que os outros”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 798.

com a invasão do Afeganistão e a deposição do regime dos Taleban e, depois, com a invasão do Iraque.

Paralelamente, o torpor e a vulnerabilidade dos exércitos democráticos no início de uma guerra ficou demonstrada com a ofensiva da Alemanha totalitária em Junho de 1940, quando, depois da Dinamarca, da Noruega, da Holanda e da Bélgica, foi a vez da França, com o maior de todos os exércitos europeus, cair ao fim de seis semanas, enquanto os britânicos se retiravam, precipitadamente, para o outro lado do canal da Mancha. Em Agosto de 1914, a França também estivera prestes a ser derrotada logo nas primeiras semanas da Grande Guerra, antes da intervenção decisiva da Rússia - o regime imperial mais despótico da Europa e o principal aliado das democracias ocidentais - na frente oriental ter forçado a divisão fatal dos exércitos alemães.

No mesmo sentido, a dificuldade de organizar a resistência contra a ocupação alemã durante a II Guerra Mundial, muito maior em França ou na Checoslováquia do que na Jugoslávia ou na Ucrânia - e, em todos esses casos, fortemente tributária da mobilização dos respectivos partidos comunistas - confirmou a intuição de Tocqueville sobre a excessiva dependência das sociedades democráticas em relação ao Estado : **“Il n’y a de fort dans un pays démocratique que l’Etat ; la force militaire de l’Etat étant détruite et le pouvoir civil paralysé, le reste ne forme plus qu’une multitude sans règle et sans force qui ne peut pas lutter contre la puissance organisée qui l’attaque”**⁵.

As democracias transformam-se com a guerra, tal como os seus exércitos se transformam durante a guerra. Com a memória viva das Guerras da Revolução e do Império, quando a “Grande Revolução” inventou a **“levée en masse”** e demonstrou a força do nacionalismo, Tocqueville reconhece a capacidade única de mobilização política das democracias e antecipa a guerra total das sociedades industriais : **“La guerre, après avoir détruit toutes les industries, devient elle-même la grande et unique industrie, et c’est vers elle seule qui se dirigent alors de toutes parts les ardents et ambitieux désirs que l’égalité fait naître.”**⁶

No mesmo sentido, a guerra moderna, tal como a revolução, destrói as regras e os hábitos e consegue transformar os pacíficos democratas em homens extraordinários (quase aristocráticos...) e, desse modo, a própria duração da guerra aumenta as possibilidades das democracias prevalecerem sobre as não-democracias na prova decisiva : **“Si la paix est particulièrement nuisible aux armées démocratiques, la guerre leur assure des avantages que les autres armées n’ont jamais et ces avantages ne peuvent manquer, à la longue, de leur donner la victoire”**⁷.

Essa transformação da democracia e da comunidade democrática, além de tornar a sua vitória mais provável, tem duas consequências para as democracias. Por um lado, as democracias são incapazes de travar a guerra com moderação e, por outro lado, como refere Tocqueville, têm grande dificuldade em terminar uma guerra.

As democracias são incapazes de travar a guerra com moderação. A necessidade política de mobilizar a comunidade nacional costuma ser acompanhada por uma tendência para a demonização dos adversários, o que dificulta a intervenção da diplomacia e prolonga os conflitos. As caricaturas do Kaiser e dos **“boches”** eram instrumentais na propaganda das democracias para garantir a mobilização e o ódio nacionalista das massas na Grande Guerra, mas tornou impossível negociar a paz entre a Entente e as potências centrais e deixou os

⁵ “Num país democrático, só o Estado é forte e, quando a força militar do Estado é destruída e o poder civil fica paralisado, o resto não passa de um multidão sem regra nem força que não pode lutar contra a potência organizada que o ataca”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 803.

⁶ “A guerra, depois de ter destruído todas as indústrias, torna-se ela própria a grande e única indústria e é para ela que se dirigem, de todos os lados, os desejos ardentes e ambiciosos que nascem da igualdade.” Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 796.

⁷ “Se a paz é particularmente prejudicial para os exércitos democráticos, a guerra assegura-lhes vantagens que os outros exércitos nunca têm e, a prazo, essas vantagens garantem a sua vitória”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 798. No mesmo sentido : **“Un peuple aristocratique qui, luttant contre une nation démocratique, ne réussit pas à la ruiner dès les premières campagnes, risque toujours beaucoup d’être vaincu par elle”**. (“Se um povo aristocrático em luta contra uma nação democrática não a consegue arruinar logo nas primeiras campanhas, corre um risco sério de ser vencido por ela”). Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II* : 798.

exércitos europeus frente a frente, prisioneiros do massacre das trincheiras. (Em Versailles, na Conferência de Paz, os representantes das potências vencedoras recusaram-se sequer a cumprimentar a delegação alemã que veio assinar o tratado de paz). Em 1956, a comparação excessiva entre Nasser e Hitler – a admiração do **Rais** pelo **Fuhrer** não justifica o exagero⁸ – e a evocação do “síndrome de Munique” a propósito da nacionalização do Canal do Suez tornaram impossível qualquer compromisso razoável e eram necessárias para legitimar a intervenção militar francesa e britânica em Port Said. No mesmo sentido, depois do “11 de Setembro”, a fórmula do Presidente George W. Bush sobre o “Eixo do Mal” e a demonização de Saddam Hussein – um admirador de Stalin mal comparado a Hitler na imprensa norte-americana⁹ – anteciparam a invasão do Iraque, ao mesmo tempo que as autoridades anunciavam a sua recusa de negociar com os três “Estados renegados”, o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte : segundo o Vice-Presidente norte-americano, Dick Cheney, **"We don't negotiate with evil, we defeat it"**¹⁰. A forma democrática de fazer a guerra parece excluir a moderação e pode prejudicar a racionalidade na conduta das estratégias.

As democracias têm uma grande dificuldade em pôr fim às suas guerras. O obstáculo mais óbvio resulta da sua tendência para definir metas transcendentais como objectivos de guerra, em vez de se limitar a defender os interesses da segurança estratégica do Estado. Aparentemente, não se pode pedir a um cidadão que queira "morrer por Danzig" e uma democracia entra numa guerra não só para garantir a sua segurança estratégica, mas também, e sobretudo, para impor uma mudança radical da ordem internacional que possa anular as causas dessa guerra, ou que ponha definitivamente fim às guerras.

Em 1917, o Presidente Woodrow Wilson explicou ao Congresso e aos norte-americanos que a intervenção dos Estados Unidos na guerra europeia transformaria o mundo num lugar seguro para a democracia (no singular), com a imposição dos seus “Catorze pontos”, que incluíam a criação da Sociedade das Nações e o exercício do direito de auto-determinação para corrigir as fronteiras da Europa (Georges Clémenceau comentou na altura que Deus não tinha precisado de tantos pontos para completar os seus mandamentos). O Presidente George W. Bush prometeu aos seus concidadãos não só que não haveria um segundo “11 de Setembro” em solo norte-americano – uma promessa decisiva que soube cumprir – mas também que os Estados Unidos se iam empenhar na democratização do “Grande Médio Oriente”. A invasão do Iraque, cujo objectivo era a deposição de um regime despótico, foi o primeiro passo nessa estratégia. Os Estados Unidos só conseguiram ultrapassar essa visão admirável depois da **débâcle** da ocupação norte-americana do Iraque e da confirmação dos perigos da democratização, que provocou uma guerra civil, apesar da presença militar dos Estados Unidos. Foi precisa uma nova eleição antes do novo Presidente, Barack Obama, poder reduzir drasticamente as expectativas criadas na “Guerra global contra o terror” do seu predecessor e a prioridade atribuída à luta anti-terrorista na política externa norte-americana só foi revista oficialmente depois do assassinato de Osama bin Laden, em 2011, dez anos depois dos atentados contra as Twin Towers e o Pentágono. Ironicamente, essa viragem ocorreu nas vésperas da deposição dos regimes autoritários do Egipto e na Tunísia que revelaram a vontade democrática dos movimentos de jovens em vários países árabes. Na mesma altura, perante uma revolta dos opositores do regime de Moammar Ghadaffi em Benghazi, a França e a Grã-Bretanha, com o apoio dos Estados Unidos, aproveitaram a

⁸ Os diplomatas soviéticos registaram o facto nas suas comunicações com Moscovo, antes de Khrushchev ter decidido sustentar a modernização das forças armadas egípcias. Jonathan Haslam (2010). **Russia's Cold War**. New Haven : Yale University Press.

⁹ Simon Sebag Montefiore, quando estava a preparar a sua biografia de Stalin, descobriu que Saddam Hussein tinha visitado todas e cada uma das residências do “czar vermelho” na Crimeia e na Geórgia e, segundo consta, num dos seus palácios em Bagdad, o tirano iraquiano tinha um gabinete com os livros e memorabilia do seu ídolo comunista. Simon Sebag Montefiore. Entrevista a Brian Lamb, C-SPAN, 20 de Junho de 2004.

¹⁰ Nas suas memórias, Dick Cheney não usa essa fórmula, originalmente dirigida contra a Coreia do Norte, em finais de 2002. Todavia, as negociações com a Coreia do Norte foram institucionalizadas na Conferência dos Seis (**Six-Party Talks**), que se continua a reunir, embora irregularmente, em Pequim, sob a égide da República Popular da China e com a participação indispensável dos Estados Unidos. No intervalo, a Coreia do Norte realizou dois ensaios nucleares. Dick Cheney (2011). **In My Time**. Nova York : Threshold Editions.

oportunidade para organizar uma intervenção militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (sem a participação directa de forças militares ocidentais no terreno) e assegurar a vitória dos revoltosos para depor o tirano líbio, em nome da democracia.

A imposição de metas ideais como finalidade da guerra não implica apenas a neutralização das causas da guerra, mas reclama a derrota total do adversário¹¹, obrigado a adoptar os objectivos e o regime político das democracias.

Em todas as guerras, as democracias começam ou acabam por querer impor o seu regime político aos inimigos derrotados¹². A justificação moderna dessa regra assenta na ideia da “paz democrática” e na tese de Kant segundo a qual os príncipes republicanos (tidos como os predecessores das sociedades democráticas) não fazem a guerra entre si. A tese foi invocada pelo Presidente Woodrow Wilson quando definiu o objectivo da entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra : a vitória norte-americana ia tornar o mundo um lugar seguro para a democracia (“to make the world safe for democracy”) e a intervenção dos Estados Unidos assegurava que a guerra europeia seria a última de todas guerras (“a war to end all wars”).

Tocqueville partilha, embora com reservas, a previsão sobre as consequências pacíficas da democratização, quando considera ser “quase impossível” uma guerra “isolada” entre duas democracias : “Lorsque le principe de l'égalité se développe en même temps chez plusieurs peuples voisins | ... | les guerres deviennent plus rares.”¹³ E insiste : “Il est presque impossible que deux | peuples démocratiques | se fassent isolement la guerre”¹⁴. Os seus argumentos retomam, em boa parte, a narrativa liberal de Montesquieu sobre as virtudes pacificadoras do “doux commerce”, embora num registo mais sociológico : “À mesure que l'égalité se développant à la fois dans plusieurs pays y pousse simultanément vers l'industrie et le commerce les hommes qui les habitent | leurs | intérêts se mêlent et s'enchevêtrent de telle sorte qu'aucune nation ne peut infliger aux autres des maux qui ne retombent pas sur elle-même, et que tous finissent par considérer la guerre comme une calamité presque aussi grande pour le vainqueur que pour le vaincu”¹⁵.

Mas a previsão de Tocqueville, tal como a fórmula de Kant, só se aplica à improbabilidade das guerras entre as sociedades democráticas (ou os príncipes republicanos) e não às guerras entre as democracias e as não-democracias, ou entre as não-democracias, com ou sem participação das democracias. Pela sua parte, Tocqueville, numa antecipação clara das guerras mundiais do século XX, profetiza que as guerras, mais raras por causa da democratização, alargam o seu campo : “Les guerres deviennent donc plus rares, mais lorsqu'elles naissent, elles ont un champ plus vaste.”¹⁶

As “guerras totais” do século XX não só realizaram a mobilização total da sociedade industrial e revelaram os métodos modernos de eliminação sistemática de categorias nacionais, religiosas ou sociais, como se alargaram, quer no domínio territorial, com a expansão do sistema de Estados à escala mundial, quer no domínio político e ideológico, com as ideologias universalistas representadas pelos novos impérios que tentavam criar uma nova ordem – a

¹¹ Na fórmula de Raymond Aron, uma óbvia variação sobre a frase de Tocqueville : “les démocraties poursuivent les guerres jusqu'à l'écrasement de l'ennemi, parce qu'elles les arrêtent aussi difficilement qu'elles les commencent.” (“As democracias prosseguem as guerras até esmagar o inimigo porque têm tanta dificuldade em as começar como em lhes pôr fim”). Raymond Aron (1948). *Le Grand Schisme* : 25. Paris : Gallimard.

¹² A União Soviética, segundo a frase célebre de Stalin, seguia a mesma regra e entendia impor regimes comunistas em todos os países ocupados pelos seus exércitos no fim da II Guerra Mundial – como foi o caso, excepto na Austria e na Finlândia.

¹³ “Quando o princípio da igualdade se desenvolve ao mesmo tempo entre vários povos vizinhos, as guerras tornam-se mais raras”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 800.

¹⁴ “É quase impossível que dois povos democráticos façam isoladamente a guerra entre si”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 802.

¹⁵ “À medida que a igualdade se desenvolve ao mesmo tempo em vários países e arrasta simultaneamente os homens que os habitam para a indústria e o comércio, os seus interesses misturam-se e entrosam-se de tal forma que nenhuma nação pode infligir às outras males que não caiam sobre si própria e todos acabam por considerar a guerra uma calamidade quase tão grande para o vencedor como para o vencido.” Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 800.

¹⁶ “As guerras tornam-se portanto mais raras mas, quando nascem, têm um campo mais vasto”. Alexis de Tocqueville (1840, 1992). *Oeuvres II. De la démocratie en Amérique II* (3) XXV : 802.

“nova ordem” nacional-socialista, a ordem mundial do comunismo ou a ordem internacional da “paz democrática”.

As democracias ocidentais venceram as três guerras hegemônicas do século XX. A vitória das democracias na Grande Guerra de 1914-1918 tornou possível a criação da Sociedade das Nações e deu origem a uma primeira vaga de democratização, concentrada na Europa, incluindo o fim do império alemão e a criação da República de Weimar. Porém, a mobilização e a destruição causadas pela guerra estiveram na origem da revolução **bolchévik** na Rússia e a tomada do poder pelo movimento nacional-socialista na Alemanha é inseparável do ressentimento provocado pelos acordos de paz impostos pelas democracias vencedoras no tratado de Versailles.

A vitória das democracias na II Guerra Mundial tornou possível a institucionalização das Nações Unidas e marcou o início de uma segunda vaga de democratização, incluindo a República Federal alemã, formada nos territórios ocupados pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela França, e o Japão, ocupado pelos norte-americanos. Mas a vitória partilhada com a União Soviética provocou uma vaga paralela de expansão do comunismo, incluindo não só a Europa de Leste, mas ainda a China, a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte. A divisão ideológica, tanto como a expansão imperial, esteve na origem da Guerra Fria. A competição estratégica entre as duas “super-potências” não provocou uma III Guerra mundial, mas tornou impossível a paz sem a rendição política e ideológica de uma das partes.

A vitória (pacífica) das democracias na Guerra Fria foi decidida por uma terceira vaga de democratização, que se iniciou com o golpe de Estado militar do 25 de Abril de 1974¹⁷ e se estendeu depois à Espanha, à América do Sul e à Europa de Leste. Em 1918 e em 1945, a vitória das democracias esteve na origem de movimentos internacionais de transição democrática, enquanto, em 1991, a última vaga de democratização, que se acelera com a revolução europeia de 1989, esteve na origem do fim da Guerra Fria e da vitória das democracias.

No fim da Guerra Fria, a preponderância estratégica dos Estados Unidos e dos seus aliados democráticos criou condições acrescidas para consolidar uma ordem liberal e conseguiu, nos últimos vinte anos, impedir a repetição das guerras entre as grandes potências. Nesse sentido, as democracias puderam impor uma “paz democrática”, embora de uma forma inacabada, uma vez que a homogeneidade democrática continua a ser uma utopia e as guerras não deixaram de existir. A continuidade dessa “paz democrática” imperfeita e incompleta depende da sua capacidade tanto para consolidar a preponderância das potências democráticas no sistema internacional, como para integrar as potências não-democráticas na ordem liberal.

¹⁷ A “terceira vaga” de Samuel Huntington começa com a improvável decisão democrática da revolução portuguesa, na sequência do contra-golpe militar de 25 de Novembro de 1975. Samuel Huntington (1993). *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman : University of Oklahoma Press.